

**PROGRAMA DE
PLANO DE AÇÃO DE
EMERGÊNCIA**

MODO PORTUÁRIO

SUMÁRIO

OBJETIVO	3
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
METAS.....	3
INDICADORES	4
PÚBLICO-ALVO	4
METODOLOGIA	4
INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....	11
ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS	11
RECURSOS NECESSÁRIOS	12
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	12
RELATÓRIOS.....	12
TÓPICOS QUE NÃO DEVERÃO SER ARBORDADOS NESTE PROGRAMA	12

OBJETIVO

O Plano de Ação de Emergência (PAE) estabelece um conjunto de orientações técnicas e administrativas que propiciam as condições necessárias para atuação nas situações de emergência possibilitando o desencadeamento das ações de resposta de maneira ordenada, assim como, as atribuições e responsabilidades dos envolvidos, os recursos humanos e materiais, além dos procedimentos de acionamento e combate às emergências, de acordo com a tipologia dos cenários acidentais identificados.

Ademais, o presente PAE tem como objetivo estabelecer o planejamento para emergências relacionadas a acidentes nas instalações operacionais do porto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir responsabilidades e diretrizes, visando a adoção de procedimentos técnicos e administrativos em eventuais situações emergenciais;
- Atender de forma rápida e eficiente as ocorrências e acidentes em terra;
- Preservar a integridade física de pessoas, do meio ambiente, do patrimônio e a continuidade operacional do porto;
- Manter os recursos humanos envolvidos no PAE capacitados para o atendimento de ocorrências e acidentes ambientais; e
- Manter os recursos materiais disponíveis no local, possibilitando uma resposta rápida.

METAS

- Atender 100% das ocorrências e/ou acidentes relacionados ao PAE, de forma eficiente e segura;
- Manter 100% dos recursos (humanos e materiais) estabelecidos para utilização no atendimento de ocorrências e/ou acidentes;
- Realizar anualmente 01 Treinamento Inicial de Formação para novos brigadistas capacitando 100% dos recursos humanos ou 01 Treinamento/Simulado de Reciclagem aprimorando os conhecimentos de no mínimo 80% dos brigadistas existentes no empreendimento; e

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Realizar anualmente, no mínimo 04 simulados, sendo 01 Completo de Resposta; 01 de Comunicação e 02 simulados de mesa (01 por semestre).

INDICADORES

- Número de ocorrências e/ou acidentes atendidos por ano;
- Número de brigadistas treinados a cada ano;
- Número de recursos materiais utilizados por acionamento por ano; e
- Número de simulados realizados no semestre e no ano.

PÚBLICO-ALVO

- Comunidade portuária e marítima que dependa direta ou indiretamente de informações para desenvolver suas atividades com segurança;
- Sociedade civil que execute atividade comercial ou de lazer nas águas de jurisdição do porto;
- Colaboradores do porto; e
- Órgãos ambientais, corpo de bombeiros, defesa civil e empresas que realizem atendimentos de emergência.

METODOLOGIA

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Localização

Devem ser indicadas informações sobre a instalação portuária como razão social, atividade, endereço, telefone e endereço eletrônico. Também devem ser indicadas as informações (endereço e telefone) do responsável pelo porto e do preposto das ações de resposta.

Na descrição da localização do porto deve ser informada a região e as coordenadas geográficas (SIRGAS 2000). Em caso de portos organizados, devem ser indicados e identificados em planta todos os arrendamentos que operam na jurisdição do porto.

Descrição dos acessos à instalação

Para a descrição dos acessos ao porto devem ser prestadas informações dos principais acessos rodoviários, aéreos e aquaviários (com indicação das cartas náuticas).

CENÁRIOS ACIDENTAIS

Cenários acidentais são oriundos de eventos acidentais, não desejados, que podem ocorrer como consequência de falha humana, falha de procedimentos ou falhas de equipamentos em atividades e/ou operação de unidades no porto, podendo acarretar impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana. Um determinado evento acidental pode estar associado a uma ou mais hipóteses acidentais.

Para definição dos cenários acidentais deve ser levado em consideração os descritos no item 29.1.6.2 da NR-29-Segurança do Trabalho Portuário. Assim, foram estabelecidos o rol não taxativo descrito a seguir:

- Queda de carga perigosa em terra e no mar;
- Vazamento/queda de substâncias nocivas ou perigosas;
- Incêndio, explosão de embalagens, carga, veículos e equipamentos;
- Incêndio em instalações prediais;
- Poluição ou acidente ambiental;
- Queda de homem no mar;
- Queda de máquinas, carga, contêineres e equipamentos no mar;
- Grave abalroamento de navio no cais, ou navio com navio;
- Acidente com veículo automotivo;
- Acidente com equipamento portuário na faixa do cais; e
- Condições de tempo adversas afetando a segurança das operações.

Todos os cenários e procedimentos a serem adotados quanto ao risco de contaminação ambiental por hidrocarbonetos e outros em água, devem estar abrangidos no Plano de Emergência Individual (PEI).

ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA DO PAE

Estrutura do Plano

O PAE deve ser estruturado de forma a integrar, de maneira coordenada, as ações de resposta às emergências que eventualmente possam ocorrer nas instalações do porto e que tenham potencial para causar impactos nas áreas internas e externas do mesmo. A estruturação do PAE deve contemplar as

hipóteses acidentais identificadas na Análise Preliminar de Perigo (APP) do Estudo de Risco Ambiental (EAR), no histórico de acidentes e na avaliação de aspectos/impactos e perigos/riscos levantados.

A partir disto será realizado o planejamento das ações de resposta para cada hipótese e respectivos cenários acidentais, quais os recursos necessários para o combate a emergências e quais os procedimentos adequados nas situações de emergência.

ABRANGÊNCIA DO PAE

O PAE deverá abranger as áreas sob jurisdição do porto e aquelas áreas externas que possam ser afetadas pelos efeitos dos eventos acidentais com origem nas instalações do porto, decorrentes de suas atividades.

INFORMAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA RESPOSTA

Acionamento do Plano de Ação de Emergência

A comunicação de uma emergência pode ser feita por qualquer pessoa que detecte a anormalidade através do:

- A. acionamento de sistema de alarme (luminoso e sonoro);
- B. ou de comunicação à Central de Monitoramento de cada Porto; e
- C. e, via telefones móveis ou fixos listados no catálogo de contatos do PAE.

Ao tomar conhecimento da emergência, via sistema de alarme (sonoro ou luminoso), ou qualquer outro meio de comunicação, o responsável pela Central de Emergência deve informar ao Coordenador do PAE do porto ou seu substituto de plantão, que deverá acionar o PAE.

Para atendimento/acesso a emergência em ambientes confinados, deverão ser observadas e adotadas ações em conformidade com a NR 33, referente a:

- A. medidas técnicas de prevenção;
- B. medidas administrativas;
- C. medidas pessoais;

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- D. capacitação para trabalho em espaços confinados; e
- E. emergência e salvamento.

Uma vez caracterizada a criticidade da emergência, levando-se em conta a necessidade de apoio externo, deverá ser acionado o PEI, em casos da presença de contaminantes no mar.

O Coordenador do PAE do Porto, deverá realizar comunicação junto ao Corpo de Bombeiros, Defesa Civil do Estado e do Município, órgão ambiental Estadual ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Órgãos como Capitania dos Portos., Polícia Rodoviária e Polícia Militar deverão ser acionados pelo Coordenador de Emergência do Porto de acordo com a característica de cada emergência.

Quando envolver produto químico ou outro que requeira conhecimento técnico específico, o Coordenador de Emergência deverá ser apoiado por um especialista indicado pelo fabricante, dono da carga ou armazenador/transportador. Após acionamento do Corpo de Bombeiros Militar, o comando das emergências passará a ser deste órgão, ou de outro delegado por este ou pelo Governo Estadual.

Caso os recursos internos não sejam suficientes para combater o sinistro e ocorra um desdobramento ou outra emergência, o Coordenador do PAE do Porto em conjunto com o Líder de Brigada decidirá pela solicitação de acionamento do PAM.

Durante qualquer emergência ocorrida na área interna, com possíveis vítimas, deve ser acionado a ambulância e profissionais de saúde devendo estes ficarem de prontidão na “zona fria” do local sinistrado ou outra determinada pelo Coordenador do PAE, sob orientação do Líder da Brigada.

A investigação, acompanhamento de ações e implementação de melhorias serão de responsabilidade da empresa dona da carga ou na arrendatária onde ocorreu a emergência, com envolvimento do Coordenador do PAE do Porto e Gerente do porto. O prazo para apresentação do documento em questão será de 72h, após término da emergência.

O Coordenador do PAE do Porto, em conjunto com o Líder da Brigada ou empresas especializadas devem solicitar a adoção das ações necessárias a fim de minimizar danos ambientais bem como solicitar ao setor de Gestão Ambiental

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

providências quanto à realização de avaliações de impactos ambientais, monitoramentos do ar, solo e água, ou avaliação dos riscos físicos, químicos e/ou biológicos relacionados às pessoas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA

A estrutura organizacional de resposta do porto deve ser definida e amplamente divulgada com os respectivos números de telefone para situação de emergência. As funções, atribuições e responsabilidades devem ser documentadas e indicado os respectivos substitutos eventuais do coordenador das ações de respostas.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE RESPOSTA

O porto deve possuir em local de fácil acesso equipamentos e materiais de resposta, dimensionados a partir das características operacionais e das embarcações que atracam em suas instalações.

Além destes materiais o porto deve contar com profissionais especializados em prevenção e combate a incidente com óleo, substâncias nocivas e perigosas e combate a incêndio, de prontidão durante horário comercial e de sobreaviso fora do horário comercial.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE RESPOSTA

As ações de combate e controle às emergências deverão ter prioridade sobre as demais atividades do porto enquanto continuar a situação. Qualquer ocorrência que apresente potencial de impacto ao meio ambiente deverá ser imediatamente comunicada às autoridades municipais e aos órgãos de fiscalização ambiental Estadual e Federal.

As ações de combate e neutralização dos efeitos da ocorrência de uma situação de emergência deverão ser centralizadas numa coordenação única. A coordenação do combate à emergência deverá ser exercida em tempo integral e com dedicação exclusiva.

PROCEDIMENTO PARA INTERRUPTÃO E CONTROLE DA EMERGÊNCIA

Após a constatação da emergência, o observador deverá:

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Interromper suas atividades;
- Desencadear o fluxograma de comunicação de emergência, acionando as brigadas de combate à emergência.
- Ao ser informado da emergência, o Coordenador do Plano deverá avaliar a emergência e dar início às ações de combate utilizando a técnica mais adequada:
- Considerando as condições meteorológicas reinantes no local (direção dos ventos, chuvas etc.);
- Analisando o local sinistrado para determinar a gravidade e extensão da emergência;
- Verificando a existência de vítimas;
- Identificando os possíveis danos ao meio ambiente;
- Mapeando os riscos existentes no local, gerados pela emergência;
- Isolando e sinalizando a área da emergência;
- Verificando as rotas tanto para acesso como para fuga;
- Determinando o acionamento da equipe de resposta de acordo com as necessidades apresentadas; e
- Assumir o comando das ações de combate, até o encerramento da emergência.

PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO ÀS EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS QUÍMICOS

Devem ser apresentados os procedimentos para atendimento aos cenários de incêndios, explosões, vazamentos e atendimento às vítimas envolvendo os produtos químicos manuseados no porto.

ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES

As ações de resposta a uma emergência só serão dadas como concluídas pelo coordenador do plano de emergências após:

- Estancamento total do vazamento, extinção de incêndios e atendimento às vítimas;
- Ações de combate cumpridas;

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Remoção e limpeza das áreas afetadas (meio aquático e terrestre), incluindo os equipamentos e materiais utilizados;
- Transporte dos resíduos gerados durante o combate para empresa(s) especializada(s) e devidamente licenciada junto ao órgão ambiental; e
- Emissão do relatório final da ocorrência, em acordo com as autoridades dos órgãos públicos ambientais envolvidos.

TREINAMENTOS E SIMULADOS

Um dos aspectos fundamentais para o constante aperfeiçoamento do PAE diz respeito à realização de treinamentos teóricos e práticos sobre diferentes assuntos técnicos relacionados com as operações de emergência para respostas aos cenários acidentais passíveis de ocorrência na área do porto.

Em conjunto com o Programa de Educação Ambiental, deverão ser realizados treinamentos teóricos e práticos visando a capacitação e a reciclagem dos funcionários para situações de emergência em todas as instalações do porto. Os treinamentos deverão ser avaliados e documentados de forma a subsidiar a atualização e aprimoramento do PAE. Todos os brigadistas do porto deverão ser submetidos ao treinamento inicial de formação para novos integrantes. Os brigadistas já formados e que atuam nas ocorrências ou situações emergenciais deverão ser submetidos ao treinamento de reciclagem, com periodicidade anual. Os temas abordados serão estabelecidos pelo porto de acordo com as necessidades detectadas.

REVISÃO DO PAE

Deverá ser estabelecida periodicidade de revisão em cada plano. Os PAEs também deverão ser revisados sempre que:

- Houver modificações nas instalações, equipamentos ou em decorrência de constatações feitas durante a avaliação de situações emergenciais;
- Indicada necessidade em relatórios de exercícios simulados, auditorias ou elaboração de novos estudos de risco que possam agregar informações importantes nas ações de resposta previstas neste plano;

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Em decorrência das revisões das avaliações de aspectos, impactos, perigos e riscos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do porto; e
- Alteração da legislação ou outro motivo.

INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

- Programa de Gestão Ambiental;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Gerenciamento de Riscos;
- Plano de Emergência Individual (PEI); e
- Plano de Controle de Emergência.

ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

- Lei nº 9.966/2000 – Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;
- Lei nº 7.203/1984 – Dispõe Sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;
- Decreto nº 4.136, de 20/02/2002 – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações, às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966/2000 e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 398, de 11/06/2008 – Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração;
- Portaria nº 53, de 17/12/1997 do Ministério do Trabalho – sobre segurança e saúde no trabalho portuário; e

► PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Portaria do Ministério do Trabalho nº 3214, de 08/06/1978-NR-5, NR-6, NR - 20, NR-23, NR-29.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Responsável técnico habilitado pelo seu órgão de classe, se for caso, materiais e equipamentos imprescindíveis à realização das atividades.

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A administração portuária.

RELATÓRIOS

Relatórios	Periodicidade	Conteúdo Geral	Destino
Relatório dos simulados realizados	Anual	Relatório deve prever a caracterização de todos os simulados realizados, com análise crítica de sua eficácia e identificação de necessidades de melhoria, se for o caso.	Órgão ambiental licenciador
Relatório de Treinamento	Anual a ser apresentado no Relatório Anual ao órgão ambiental	Relatório contendo registros dos treinamentos realizados.	Órgão ambiental licenciador
Relatório Final de Atendimento à Emergência	Ao final de todo processo de atendimento emergencial	O relatório final deverá conter os dados iniciais do incidente, características do incidente, relatório com a cronologia das ações emergenciais e o controle dos impactos gerados. Ademais, trará a avaliação crítica de todo o processo de atendimento emergencial, sugerindo modificações ou introduções no PAE que possam significar a sua melhoria.	Órgão ambiental licenciador

TÓPICOS QUE NÃO DEVERÃO SER ABORDADOS NESTE PROGRAMA